



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**Intervenção de Encerramento do Primeiro-Ministro  
no Debate do Orçamento Geral do Estado de 2008 - Rectificativo  
22 de Julho de 2008**

Sua Excelência Sr. Presidente do Parlamento Nacional  
Distintos Deputados  
Distintos Membros do Governo  
Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as valiosas contribuições dos Senhores Deputados durante estes três dias de debate, verdadeiramente democrático, sobre a rectificação do Orçamento Geral de Estado de 2008.

O Orçamento apresentado não é um “capricho” deste Governo mas sim a adaptação às novas circunstâncias – positivas e negativas - que surgiram no meio deste ano. Assim, se por um lado podemos avançar com novas medidas para o desenvolvimento nacional, como consequência dos sucessos já alcançados na implementação das medidas de curto-prazo, por outro lado novos constrangimentos surgiram, ditados pela conjuntura internacional e que constituem uma ameaça para a estabilidade do País.

Neste sentido, avaliando o primeiro ano do mandato do Governo da AMP, verifica-se que foram já promovidas reformas estruturais, no âmbito da Reforma da Gestão do Estado, bem como foi consolidada a Segurança e a Estabilidade Nacional – cumprindo rigorosamente o Programa do Governo - com reflexos muito significativos para o crescimento económico e para o desenvolvimento nacional a longo-prazo.

Ao abordar as principais prioridades definidas para o ano de 2008: de ordem pública e segurança; de protecção social e solidariedade; de resposta às necessidades dos jovens; de criação de

emprego e geração de rendimentos; de melhoria de prestação de serviços sociais; e de um Governo transparente e efectivo – conseguimos, até à data, atingir resultados fundamentais, para lançar o País no rumo do desenvolvimento, dos quais destaco:

- A **recuperação da confiança do Povo** nas Instituições do Estado;
- A **recuperação da confiança por parte da Comunidade Internacional**, que ficou surpreendida pela forma como o Governo enfrentou os problemas surgidos em Fevereiro, restabelecendo a ordem pública e constitucional ao mesmo tempo que nunca abrandou a implementação dos seus programas, apontando para novos projectos de cooperação;
- A **confiança dos investidores estrangeiros** que têm apresentado cada vez mais propostas de investimento no nosso País;
- A **confiança do sector privado** timorense que beneficia agora de um maior clima de segurança mas também de mais apoio do Governo, de melhores procedimentos, de um sistema de aprovisionamento mais ágil e ainda de uma melhor execução orçamental;
- O **reforço do investimento público** em projectos de prestação de serviços à população, nas áreas da saúde, educação e agricultura.

Posto isto, não há razões para não arrancar já com novas medidas de desenvolvimento nacional, que irão estar na base daquilo que será o grande projecto para 2009: **o Ano das Infra-Estruturas**; ao mesmo tempo que é uma obrigação do Governo, criar mecanismos de prevenção para os possíveis impactos da crise alimentar mundial e do aumento dos preços dos materiais de construção e dos combustíveis.

Este grande desígnio justifica perfeitamente o levantamento do **Fundo do Petróleo**, excedendo os 3% do Rendimento Sustentável, de acordo com os requisitos exigidos pela Lei. O relatório da Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção, está em completa sintonia com a opção do Governo e já fez o favor de explicar – o que muito agradecemos – a razão de ser deste levantamento. Passo a citar a Comissão C:

*«Importa também referir o alcance da expressão interesse a longo-prazo. Entendemos que este interesse a longo-prazo não deverá ser um interesse meramente económico ou financeiro. Este interesse que a lei enuncia, deverá ter uma interpretação mais ampla e vasta, alcançando o interesse social que se socorrerá dos meios financeiros para alcançar fins de estabilização social conjuntural. Alocando meios financeiros substanciais a opções políticas que*

*concretizam interesses sociais relevantes e que garantam a estabilidade social são também um meio de assegurar um interesse a longo prazo, com benefício das gerações actuais e das gerações vindouras».*

Os motivos e o interesse de Timor-Leste a longo-prazo são evidentes:

1. As **medidas de justiça social**, concretizadas nas verbas alocadas para Idosos, Deslocados, Combatentes da Libertação Nacional, Peticionários e outros grupos vulneráveis, contribuem para uma maior segurança e estabilidade, promovendo o País como um lugar mais atractivo para o investimento estrangeiro e permitindo um maior investimento público e privado, o que conseqüentemente levará à criação de emprego. Por outro lado, o pagamento a estes beneficiários irá reverter para as suas famílias e para a estabilidade destas, contribuindo para o desenvolvimento do comércio e de pequenas empresas, bem como para uma melhor alimentação, saúde e educação, que conduzem ao desenvolvimento do capital humano no País;
2. O **investimento no desenvolvimento do capital humano**, concretizado com o Orçamento de 2008, é fundamental para o desenvolvimento do País a longo-prazo e é uma prioridade deste Governo, destaco a:
  - Implementação da Política Nacional de Educação, com 9 anos de escolaridade obrigatória e gratuita;
  - Implementação dos cursos de bacharelato para 300 professores e a obtenção de diploma de equivalência para 285 professores do ensino básico;
  - Implementação de cursos intensivos de formação para 3.000 professores de ensino pré-secundário e secundário;
  - A concessão de 100 Bolsas de Estudo Anuais por ano, em áreas de formação prioritária para o desenvolvimento do País, a adicionar às Bolsas de Estudo para os Funcionários Públicos obterem mais qualificações;
  - A oportunidade dada a 2.099 jovens, mulheres e homens, que beneficiaram de cursos de formação profissional, no primeiro semestre, e que iremos duplicar até ao final do ano.
3. O **investimento público em projectos de infra-estruturas**, principal motor da criação de emprego. Alguns exemplos do que é possível para 2008:

- Os projectos de infra-estruturas (estradas, pontes, controlo de ribeiras) que estão neste momento em processo de aprovisionamento irão criar 22.300 postos de trabalho;
- O projecto de construção da Central Eléctrica não só irá resolver no longo-prazo, o problema de produção e distribuição da electricidade para todo o País, como irá promover o desenvolvimento da agricultura, do comércio, da indústria e, ainda, contribuir para o desenvolvimento rural e ambiental (na medida em que reduzirá o corte de árvores) - criando cerca de 30 mil postos de trabalho;
- Os projectos de infra-estruturas de produção de energia alternativa, projectos de parceria com investidores estrangeiros, irão criar cerca de 40 mil postos de trabalho;
- Os projectos de irrigação, associados ao melhor equipamento para os agricultores, à introdução de sementes mais modernas, bem como a construção de centros de apoio e manutenção, irão aumentar a produção agrícola, garantir a segurança alimentar, permitir o desenvolvimento do mercado interno, regional e internacional, bem como a criação de emprego;
- O reforço do programa “*cash for work*” vem aumentar também o número de postos de trabalho, que no primeiro semestre contabilizou já 24.474 postos;
- A construção dos dois navios para a prevenção da pesca ilegal, além de proteger a fonte de riqueza das actuais e futuras gerações, é um meio para a formação e criação de emprego para timorenses. O contrato foi celebrado com a China, porque esta apresentou melhores condições, como é exemplo o envio de jovens e militares para serem formados quer no processo de construção, quer de futura manutenção e manobramento dos navios – neste sentido iremos também construir uma doca seca, para que todas as futuras reparações sejam efectuadas em Timor-Leste;
- O projecto de construção dos Silos de Armazenamento, uma medida essencial para a segurança alimentar a longo prazo, que para além de permitir o armazenamento de grande quantidade de produtos alimentares, contribuirá ainda para o desenvolvimento de indústrias de processamento – para transformação de produtos como frutas, milho, batata-doce, mel e outros produtos utilizados para adubos, diminuindo a dependência dos bens importados do estrangeiro.

4. Finalmente, o **Fundo de Estabilização Económica** que é uma medida preventiva de carácter provisório para resolver o problema concreto da crise mundial.

Sua Excelência Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados,

Este Fundo cabe no Orçamento, na categoria de bens e serviços, enquanto mecanismo de prevenção contra as adversidades impostas pelo exterior. É exactamente por isso que não se confunde com as despesas dos Ministérios e que não está incluído num fundo de contingência – porque que se quer como uma **medida temporária e não como uma prática orçamental**.

Esta verba irá ser usada caso-a-caso, necessidade-a-necessidade, protegendo os mais pobres do nosso País e garantindo a execução do Programa do Governo, para não hipotecar o desenvolvimento nacional.

Se entretanto, e contra todas as previsões, a conjuntura mudar, esta verba nem sequer será utilizada. Mas se o cenário agora cinzento escurecer ainda mais, estaremos preparados para actuar, e esta actuação será justa e transparente, garantindo ao Parlamento Nacional todas as condições para fiscalizar a verba alocada a este Fundo.

Termino, concluindo que a aprovação do Orçamento Geral do Estado Rectificativo é fundamental para garantir a estabilidade e o desenvolvimento a longo prazo do País: sem recursos humanos capazes não há instituições que funcionem; sem investimento público e privado não há desenvolvimento de infra-estruturas; sem obras de infra-estruturas não há criação de emprego; e sem criação de emprego, não há poder de compra para a sobrevivência individual dos timorenses - sem comida, saúde e lazer, poderemos ter novamente focos de violência e instabilidade no País.

Mais vale prevenir do que remediar!

Muito obrigado!